



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos, o fomento e a geração de renda na agricultura familiar.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de pulverizadores destinados à aplicação de defensivos agrícolas, para posterior concessão de uso aos produtores rurais atendidos pela Secretaria Municipal competente. A demanda decorre da necessidade de fortalecer as ações de apoio à produção agrícola local, garantindo melhores condições operacionais aos agricultores, especialmente aos pequenos e médios produtores que não dispõem de equipamentos adequados para a correta e segura aplicação de insumos.

O Município de Dois Vizinhos possui área territorial de aproximadamente 419,436 km² e conta com cerca de 1.880 produtores rurais cadastrados. A maior parte desses agricultores é composta por pequenos produtores rurais e agricultores familiares, sendo que parcela significativa não possui maquinários próprios suficientes para a execução das atividades agrícolas essenciais em suas propriedades. Tal limitação estrutural compromete a eficiência produtiva, podendo ocasionar atrasos na realização dos serviços, aplicação inadequada de defensivos, perdas na produção e potenciais riscos ambientais.

Nesse contexto, a disponibilização de pulverizadores modernos e padronizados busca atender a uma demanda concreta do setor rural, promovendo maior eficiência, segurança operacional e uniformidade na aplicação de defensivos agrícolas, além de contribuir para a redução de desperdícios e para o uso racional de insumos.

A iniciativa atende diretamente ao interesse público ao fomentar a produtividade, a sustentabilidade e a competitividade da agricultura municipal, fortalecendo as políticas públicas de desenvolvimento rural e assegurando melhores condições para que os produtores permaneçam ativos e economicamente viáveis no meio rural.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021) V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Foram analisadas algumas formas de sanar essa demanda, sendo:

Alternativa 1

Locação de pulverizadores



Essa alternativa consiste na contratação de empresa especializada por meio de chamamento público para disponibilização temporária dos equipamentos. Essa alternativa traz a redução dos custos iniciais de aquisição, porém apresenta limitação quanto à disponibilidade contínua, dependência de terceiros, custo recorrente ao longo do tempo e menor autonomia da Administração.

Alternativa 2

Contratação de serviços terceirizados de pulverização

Neste contexto Município contrataria empresa para realizar diretamente os serviços de pulverização nas propriedades rurais, permanecendo o mesmo com a gestão e a fiscalização contratual.

Embora essa solução elimine a necessidade de aquisição e manutenção dos equipamentos por parte da Administração, pode gerar maior custo operacional no médio e longo prazo, além de reduzir a abrangência do atendimento e a flexibilidade no agendamento das demandas dos produtores rurais.

Destaca-se, ainda, que, em razão da extensa área territorial do Município e da elevada demanda pelos serviços, seria necessária a formalização de múltiplos contratos ou a ampliação significativa da estrutura contratada para garantir cobertura adequada. Tal cenário poderia tornar a solução economicamente inviável, considerando os custos com deslocamento, tempo de atendimento e logística, fatores que impactariam diretamente na eficiência e na otimização dos recursos públicos.

Dessa forma, verifica-se que a contratação de serviços terceirizados de pulverização apresenta limitações operacionais e financeiras que comprometem sua viabilidade como solução mais vantajosa para o atendimento da demanda identificada.

Alternativa 3

Aquisição de pulverizadores

Essa alternativa consiste na compra de equipamentos novos, com garantia de fábrica, destinados à concessão de uso aos produtores rurais. Trata-se de solução que assegura maior vida útil, menor necessidade de manutenção inicial, disponibilidade de peças de reposição e atendimento às normas técnicas vigentes. Permite padronização dos equipamentos e maior controle operacional por parte da Administração.

Embora apresente custo inicial mais elevado quando comparada a outras alternativas, essa opção demonstra melhor custo-benefício no médio e longo prazo, especialmente quando considerada a garantia de fábrica, a durabilidade dos equipamentos e a redução de despesas com manutenções emergenciais.

Dessa forma, a aquisição de pulverizadores novos mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e alinhada ao interesse público, configurando-se como a solução mais vantajosa para o atendimento da demanda identificada.

Sedo assim, levando em consideração os aspectos de economicidade, durabilidade, eficiência operacional, autonomia administrativa e interesse público, a aquisição de pulverizadores agrícolas novos, para posterior concessão



de uso aos produtores rurais, mostra-se a solução mais vantajosa e adequada à realidade do Município.

Essa alternativa garante maior controle sobre o uso dos equipamentos, padronização técnica, maior vida útil e melhor custo-benefício no médio e longo prazo, além de ampliar o alcance das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural.

A aquisição dos equipamentos por meio de pregão Eletrônico, visando assegurar maior competitividade, isonomia entre os licitantes e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mostra-se a modalidade mais adequada para a presente contratação.

A aquisição está entre as hipóteses abrangidas pelo Simples Nacional aplicação, permitindo a aplicação do tratamento diferenciado e favorecido do regime do SIMPLES, nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar 123/2006.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (X) (justificar) A empresas participantes poderão se beneficiar do regime diferenciado de tributação previsto na LC nº 123, nos termos do §1º do art. 17.

Não () (justificar)

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (X)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (X)

Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

Não será permitido a subcontratação parcial ou total do objeto.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Se trata de emenda parlamentar, não sendo permitido a adesão a Ata de Registro, sendo necessário a licitação própria.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Devido à natureza do objeto, o mesmo poderá ser fracionado em cotas, a depender do valor orçado pelo setor responsável pela orçamentação do município de Dois Vizinhos.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que



lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Estima-se que haverá necessidade de aquisição de 4 (quatro) pulverizadores, para atender as demandas das Associações de produtores do município.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado da contratação é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

a-) Fase de Planejamento

RISCO 1		
Descrever aqui o risco: Definição imprecisa das especificações técnicas		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano		
Frustração do processo ou Aquisição de equipamentos inadequados		
Ação Preventiva	Responsável	
Elaboração de estudo detalhado, análise de modelos disponíveis por profissional da área.	Secretaria Demandante	
Ação de Contingência	Responsável	
Reformulação das características Cancelamento processo	Secretaria Demandante	

RISCO 2		
Descrever aqui o risco: Valores desalinhados com o mercado		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano		
Falta de licitantes		
Ação Preventiva	Responsável	
Solicitar vários orçamentos	Secretaria Demandante	
Ação de Contingência	Responsável	
Adaptação do Edital	Secretaria Demandante	

b-) Gestão do Contrato



RISCO 1		
Descrever aqui o risco: Atraso na entrega		
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano		
Prejuízo ao calendário e atraso nas operações		
Ação Preventiva		Responsável
Estimativa de prazos claros e compatíveis com o mercado		Secretaria Demandante
Ação de Contingência		Responsável
Aplicação de sanções a contratada Convocação do próximo		Fiscais de contrato

RISCO 2		
Descrever aqui o risco: Desgaste prematuro ou necessidade frequente de manutenção corretiva		
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	(X) Média () Alta
Dano		
Indisponibilidade temporária dos equipamentos		
Ação Preventiva		Responsável
Exigência de assistência técnica autorizada		Secretaria Demandante
Ação de Contingência		Responsável
Inspeccionar no ato do recebimento do equipamento se está de acordo com o exigido		Fiscais do contrato

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade da aquisição de dos pulverizadores, novos, com garantia de fábrica, com assistência técnica autorizada e disponibilidade de peças de reposição no mercado nacional. Após o recebimento definitivo, os bens serão incorporados ao patrimônio público municipal e destinados à concessão de uso às associações ou produtores rurais, conforme regulamentação própria, visando ampliar a capacidade operacional das pequenas e médias propriedades rurais.

A solução contempla todas as etapas do ciclo de vida do bem, sendo elas: aquisição, operação, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, a vida útil e destinação final

Sendo assim, a solução apresenta viabilidade técnica, operacional e econômica, considerando não apenas o custo inicial de aquisição, mas todo o



ciclo de vida do objeto. A medida atende ao interesse público ao promover eficiência produtiva, sustentabilidade econômica das famílias rurais e fortalecimento do setor agrícola municipal.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa física ou jurídica que comprove a venda de pelo menos 1 (um) equipamento com características semelhantes ao objeto desta licitação;
- b) Identificação no Chassi: A máquina deve possuir número de chassi para o registro, garantindo a rastreabilidade e legalidade da posse;
- c) De fabricação Nacional, considerando a durabilidade, vantagens técnicas, econômicas e estratégicas, garantindo eficiência operacional, suporte técnico adequado, redução de custos e fortalecimento da indústria brasileira, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável com apresentação de prospecto para verificação das características.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas, m dias, locais e quantidades determinadas, no estacionamento da Secretaria de Agricultura, localizado em frente a Secretaria.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.



A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(X) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.

A garantia de que o licitante tem a capacidade de executar o contrato com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A aquisição de pulverizadores agrícolas apresenta alguns impactos ambientais positivos e negativos:

Impactos Ambientais Positivos

A disponibilização de pulverizadores adequados e tecnicamente padronizados contribui para:



- Maior precisão na aplicação de defensivos agrícolas, reduzindo desperdícios e minimizando contaminação do solo e da água;
- Uniformidade na distribuição dos insumos, evitando sobreposição de aplicação;
- Redução de perdas produtivas, diminuindo a necessidade de reaplicações;
- Uso mais racional de produtos químicos, alinhado às boas práticas agrícolas;
- Melhor controle técnico das operações, quando comparado a métodos improvisados ou equipamentos inadequados.

Impactos Ambientais Potenciais Negativos

- Caso haja aplicação incorreta de defensivos;
- Regulagem inadequada dos equipamentos;
- Vazamentos por falhas de manutenção;
- Descarte irregular de embalagens ou peças substituídas.

Para reduzir riscos ambientais, serão adotadas as seguintes medidas:

- Orientação técnica aos usuários quanto à regulagem e uso correto dos pulverizadores;
- Exigência de manutenção preventiva periódica;
- Observância à legislação ambiental vigente e às boas práticas de aplicação de defensivos;
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos e componentes substituídos.

Dessa forma, conclui-se que, quando corretamente utilizados e mantidos, os pulverizadores agrícolas tendem a gerar impacto ambiental controlado e, inclusive, positivo, ao promover maior eficiência na aplicação de insumos e reduzir desperdícios, contribuindo para práticas agrícolas mais sustentáveis no Município.

Ainda, preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;



Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela necessidade de aquisição de pulverizadores agrícolas, destinadas à concessão de uso aos produtores rurais familiares do Município.

A medida visa fomentar a agricultura familiar, ampliando a capacidade produtiva das pequenas propriedades rurais, promovendo geração de renda e fortalecimento da economia local. O acesso aos equipamentos permitirá maior eficiência nas operações de plantio, redução de custos operacionais e melhoria da produtividade.

Além disso, a iniciativa contribui para a permanência das famílias no meio rural, evitando o êxodo rural e a venda de pequenas propriedades por falta de condições estruturais adequadas para as atividades de produção. Trata-se, portanto, de ação alinhada ao interesse público, às políticas de desenvolvimento rural e à promoção da sustentabilidade econômica das famílias agricultoras.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento dos bens é integral.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à



capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Irival Di Domenico
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Jonatan Santin
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Dirceu Restelatto

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Essa aquisição não foi prevista no PAC 2026. A necessidade da contratação surgiu posteriormente à elaboração do referido planejamento anual, em razão da disponibilidade superveniente de recursos financeiros, da identificação de demanda prioritária do setor rural e da recente troca de gestores da Secretaria.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
☐ Lote(s) de Itens
☒ Por Item(ns)

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
☐ Bens e serviços especiais
☐ Serviço comum de engenharia
☐ Serviço especial de Engenharia

Bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. Em outras palavras, são produtos ou serviços que possuem características padronizadas e de fácil acesso, com disponibilidade em larga escala.

- ☐ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra



- ☐ Fornecimento não contínuos ou contratados por escopo
☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia além da garantia de execução, como a comprovação de experiência em atividades similares ou a apresentação de documentos que demonstrem a capacidade financeira da empresa.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da aquisição de pulverizadores agrícolas, para posterior concessão de uso as associações de produtores rurais do município.

Tendo como objetivo fomentar a agricultura familiar, proporcionar melhores condições operacionais para a aplicação de defensivos agrícolas, promovendo maior eficiência produtiva, redução de custos e fortalecimento da capacidade produtiva das pequenas e médias propriedades rurais.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
☐ Concurso
☐ Leilão
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, **etc vide art. 78 da Lei.**

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM
☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☐ Recursos Próprios
☐ Recursos Estaduais
☒ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 19 de fevereiro de 2026.

Suzane Cordeiro Ferreira
Responsável pela Elaboração do ETP



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 15A7-F37C-A626-CCED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SUZANE CORDEIRO FERREIRA (CPF 052.XXX.XXX-18) em 23/03/2026 16:59:56 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 23/03/2026 17:02:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ IRIVAL DIDOMENICO (CPF 082.XXX.XXX-21) em 24/03/2026 08:06:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DIRCEU RESTELATTO (CPF 537.XXX.XXX-49) em 24/03/2026 10:50:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/15A7-F37C-A626-CCED>